

IFSUL - CAMPUS JAGUARÃO

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	158759-IFSUL - CAMPUS JAGUARÃO	WILLIAM FERREIRA ANANA	19/08/2026 17:08 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	3/2026	23882.000077.2026-44

1. Do Objeto

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, organizados em kits individuais prontos para consumo, destinados ao atendimento dos alunos matriculados nos Cursos Técnicos de Nível Médio (Integrado e Subsequente) do IFSul – Câmpus Jaguarão, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2. Estimativa e Especificação

2.1. A contratação compreende o fornecimento de kits individuais quinzenais, embalados individualmente em sacolas plásticas transparentes e reforçadas.

2.2. A estimativa abrange o atendimento a **240 alunos** pelo período de **8 semanas letivas** (2 meses), totalizando **4 entregas quinzenais** e um total de **960 kits individuais**.

2.3. Composição Individual do Kit (Por Aluno / Por Entrega Quinzenal):

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade por Kit (Quinzena)	Quant. Total (960 Kits / 4 Entregas)
1	Laranja Valência: In natura, de 1ª qualidade, tamanho médio, sem lesões de origem física ou mecânica.	Kg	850 g (~5 und)	815 kg
2	Banana Caturra: In natura, de 1ª qualidade, tamanho médio, com casca intacta.	Kg	220 g (~2 und)	212 kg
3	Suco Integral de Laranja (100%): Sem adição de açúcares, conservantes ou água. Embalagem de 430ml aprox. VALIDADE NO MÍNIMO DE 30 DIAS	Litro	430 ml	410 Litros

4	Biscoito/Bolacha Doce Orgânica: Embalagem individual lacrada de fábrica (170g), com rotulagem nutricional. validade restante de, no mínimo, 60 (sessenta) dias , com data de fabricação	Kg	170 g	164 kg
5	Maçã Gala: In natura, de 1ª qualidade, tamanho médio, sem lesões.	Kg	290 g	283 kg

3. Justificativa

3.1. Necessidade da Contratação

A aquisição garante o direito à alimentação escolar dos alunos dos Cursos Técnicos (Integrado e Subsequente) do IFSul – Câmpus Jaguarão, em cumprimento à Lei nº 11.947/2009 (PNAE).

3.2. Agricultura Familiar

Atende ao art. 14 da Lei nº 11.947/2009, que exige a aplicação de no mínimo 30% dos recursos do PNAE na compra direta da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.

3.3. Solução Adotada (Kits)

A opção por kits individuais com entregas quinzenais justifica-se pela ausência de cozinha, refeitório e câmara fria para armazenamento de perecíveis no câmpus (atendendo à RDC ANVISA nº 216/2004), garantindo a segurança alimentar dos 240 alunos.

3.4. Aspectos Nutricionais

O cardápio e a composição do kit foram elaborados e aprovados pela Nutricionista responsável (CRN-2 12850D), respeitando as normas do FNDE.

4. Estimativa de Valor da Contratação

4.1. Valor Total Estimado

O valor total estimado para a execução do contrato é de **R\$ 24.615,88** (vinte e quatro mil, seiscentos e quinze reais e oitenta e oito centavos), destinado ao fornecimento de 960 kits individuais ao longo de 4 entregas quinzenais (240 alunos/entrega).

4.2. Quadro Demonstrativo de Custos:

Item	Alimento	CATMAT	Unidade	Qtde Total	Valor Unitário Média (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Laranja Valência	471860	Kg	815	R\$ 4,81	R\$ 3.920,15
2	Banana Caturra	464377	Kg	212	R\$ 5,78	R\$ 1.225,36
3	Suco Integral de Laranja (100%)	442811	Litro	410	R\$ 18,44	R\$ 7.560,40
4	Biscoito/Bolacha Doce Orgânica	616984	Kg	164	R\$ 52,76	R\$ 8.652,64
5	Maçã Gala	464400	Kg	283	R\$ 11,51	R\$ 3.257,33
TOTAL ESTIMADO						R\$ 24.615,88

4.3. Metodologia da Pesquisa de Preços

Os preços de referência foram obtidos mediante pesquisa de mercado conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, combinando a proposta formal apresentada por cooperativa regional (COOPAP) com contratações públicas similares constantes no Painel de Preços / Compras.gov.br.

4.4. Adequação Orçamentária

A despesa correrá à conta dos recursos específicos repassados pelo FNDE/PNAE para o exercício de 2026, respeitando o limite orçamentário disponibilizado de R\$ 24.624,00 (gerando um saldo remanescente de R\$ 8,12).

5. Requisitos da Contratação

5.1. Local de Entrega

As entregas deverão ser efetuadas nas dependências do **IFSul – Câmpus Jaguarão**, situado no **Corredor das Tropas , 801 Jaguarão - RS**, em local indicado pelo setor de recepção e fiscalização do contrato.

5.2. Cronograma e Frequência

- As entregas serão **quinzenais**, perfazendo o total de **4 (quatro) entregas** ao longo do período contratual de 8 semanas letivas;
- Em cada entrega quinzenal, a CONTRATADA deverá fornecer a quantidade exata de **240 kits individuais**;
- As datas e os horários específicos de cada entrega serão alinhados previamente com a fiscalização do contrato, devendo ocorrer no turno correspondente ao funcionamento das aulas.

5.3. Recebimento e Aceite

- **Recebimento Provisório:** Ocorre no ato da entrega, para verificação sumária das quantidades de caixas/kits e das condições do transporte;
- **Recebimento Definitivo:** Será realizado pela comissão ou servidor designado (acompanhado pelo Nutricionista), no prazo de até **2 (dois) dias úteis**, após a conferência minuciosa do estado sanitário, maturidade, rotulagem, prazos de validade e conformidade dos kits com as especificações deste TR.

5.4. Recusa e Substituição de Itens Defeituosos

- Produtos que apresentarem sinais de deterioração, avarias na embalagem, contaminação ou inconformidade com os padrões de qualidade deverão ser **rejeitados no ato da inspeção**;
- A CONTRATADA deverá providenciar a substituição dos itens rejeitados no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, sem qualquer ônus adicional ao IFSul.

5.5. Condições de Fornecimento e Embalagem

- Os gêneros alimentícios deverão ser fornecidos fracionados e organizados na forma de **kits individuais prontos para entrega** ao estudante;
- Cada kit deverá ser embalado em sacolas plásticas transparentes e reforçadas, devidamente lacradas, de modo a garantir a higiene, a segurança alimentar e a integridade dos produtos durante o transporte e o manuseio.

5.6. Padrões de Qualidade e Legislação Sanitária

- **Higiene e Sanidade:** Os produtos *in natura* (frutas) deverão apresentar-se frescos, de 1ª qualidade, limpos, em grau de maturação adequado para o consumo, isentos de matéria estranha, pragas, lesões mecânicas, mofo ou deterioração;
- **Industrializados e Orgânicos:** O suco de laranja integral (100%) e o biscoito doce orgânico deverão possuir registro nos órgãos competentes (MAPA/ANVISA), rotulagem nutricional completa, data de fabricação, prazo de validade visível e selo de certificação orgânica (quando aplicável);
- **Conformidade:** Todos os produtos e processos de logística deverão observar estritamente as boas práticas de fabricação e manipulação previstas na **RDC nº 216/2004 da ANVISA**.

5.7. Regras para Substituição de Produtos

- Na ocorrência de frustração de safra, pragas ou motivos de força maior devidamente comprovados, a CONTRATADA poderá solicitar a substituição de itens do kit;
- A solicitação de substituição deverá ser comunicada formalmente ao IFSul com antecedência mínima de **7 (sete) dias uteis**, devendo o novo produto possuir valor nutricional e preço equivalentes, com aprovação prévia e obrigatória do Nutricionista responsável pelo PNAE/IFSul.

5.8. Sustentabilidade e Logística Reversa

- A CONTRATADA será responsável pelo recolhimento e pela **logística reversa das caixas e monoblocos plásticos** utilizados no transporte até o câmpus no momento de cada entrega;
- Incentiva-se o uso de práticas sustentáveis na produção agrícola, com prioridade para sistemas orgânicos ou agroecológicos, em consonância com as diretrizes do PNAE.

Da exigência de amostra

5.9 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

5.10. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- **5.10.1. Para os itens 1,2 a 5 não será necessário apresentar amostra**
- **5.10.2. Para os itens 3 fornecer 200ml para cada integrante da comissão, no caso Três.**
- **5.10.3 Para o item 4 fornecer 3 Unidades para cada integrante da comissão.**

6. Modelo de Gestão de Contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada deve

m ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- 6.9.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. Fiscalização Administrativa
- 6.13.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.16.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.17.** Cabe ao gestor do contrato:

- 6.17.1.** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.17.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17.4.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.17.5.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.17.6.** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.17.7** enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Infrações e Sanções Administrativas

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

1. **der causa à inexecução parcial do contrato;**
2. **der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**
3. **der causa à inexecução total do contrato;**
4. **ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;**
5. **apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;**
6. **praticar ato fraudulento na execução do contrato;**
7. **comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;**
8. **praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave; 7.2.2.

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. Critério de Medição e Pagamento

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis. Justificativa: O prazo aqui estabelecido segue a IN SEGES/ME 77/2022 (5 DIAS).
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto. Liquidação
- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- **8.12.1. o prazo de validade;**
 - **8.12.2. a data da emissão;**
 - **8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;**
 - **8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;**
 - **8.12.5. o valor a pagar; e**
 - **8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.**

- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Prazo de pagamento
- 8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária. Forma de pagamento
- 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

- 8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante

- 8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas. Reajuste
- 8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 5 meses contado da data do orçamento estimado, em 03/08/2026
- 8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).
- 8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.47. O reajuste será realizado por apostilamento

9. Seleção e Fornecimento

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na modalidade **CHAMADA PÚBLICA**, sob a forma tradicional, destinada à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, em conformidade com o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e com os critérios de habilitação, seleção e julgamento previstos na **Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020** (e alterações pela Resolução nº 21/2021 e Resolução nº 2/2023).

9.1.1 Conforme estabelecem a Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e a **Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020** (e alterações pela Resolução nº 21/2021 e Resolução nº 2/2023), nas aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar realizadas junto a fornecedor individual (Unidade Familiar de Produção Agrária – UFPA, identificada por Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF), deverá ser observado que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor total contratado seja formalizado em nome de mulheres agricultoras familiares, observadas as disposições e os critérios previstos na regulamentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

9.1.2. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos das Regiões Geográficas Imediatas, grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do país. § 1º Entende-se por local, no caso de DAP Física, o município indicado na DAP. § 2º Entende-se por local, no caso de DAP Jurídica, o município onde houver a maior quantidade, em números absolutos, de DAPs Físicas registradas no extrato da DAP Jurídica. § 3º Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- **I – o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;**
- **II – o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;**
- **III – o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;**
- **IV – o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.**

§ 4º Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres, não havendo prioridade entre estes:

- **a) grupo formal de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres deverão ter, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) de cooperados /associados com DAP ou CAF Pessoa Física no extrato da DAP ou CAF Pessoa Jurídica;**
- **b) grupos informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres deverão ter em sua composição 100% (cem por cento) de integrantes com DAP ou CAF Pessoa Física;**
- **c) no caso de empate entre os grupos formais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres, terão prioridade aqueles que apresentarem maior número de DAP ou CAF Pessoa Física no extrato da DAP ou CAF Pessoa Jurídica;**
- **d) no caso de empate entre grupos informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres, terão prioridade aqueles que apresentarem o maior número de integrantes destes públicos, com DAP ou CAF Pessoa Física;**

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831 /2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

III - os grupos formais sobre os grupos informais, estes sobre os fornecedores individuais, e estes, sobre as Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar, conforme normativos vigentes publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar:

- **a) no caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 4º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica;**
- **b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.**

IV – Caso a EEx não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas devem ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção

e priorização estabelecidos no caput e nos § 1º e § 2º; § 5º Na etapa de seleção, para aplicação dos critérios de prioridade de que trata o § 4º, somam-se as DAPs ou CAFs, Pessoa Física, dos grupos prioritários constantes no extrato da DAP ou CAF Pessoa Jurídica.

Forma de fornecimento

9.2 O fornecimento do objeto será parcelado

9.2.1. O fornecimento do objeto será de forma **parcelada**, dividido em **4 (quatro) entregas quinzenais**, compostas por **240 (duzentos e quarenta) kits individuais** em cada entrega, ao longo do período contratual de 8 (oito) semanas letivas.

9.2.2. As entregas deverão ser efetuadas diretamente nas dependências do **IFSul - Câmpus Jaguarão** (situado no Corredor das Tropas, nº 801, Jaguarão - RS), no turno de funcionamento das aulas, em dias e horários previamente agendados junto à fiscalização do contrato.

9.2.3. Os gêneros alimentícios de cada kit deverão ser entregues acondicionados em **sacolas plásticas transparentes e reforçadas**, devidamente lacradas e prontas para distribuição direta ao estudante.

9.2.4. Os produtos in natura (frutas) e industrializados deverão ser transportados em veículos limpos e adequados, de forma a garantir as condições higiênico-sanitárias e a integridade física das embalagens e dos alimentos até o momento do recebimento.

9.2.5. A CONTRATADA será responsável pela **logística reversa** e recolhimento das caixas/monoblocos plásticos organizadores utilizados para o transporte das sacolas até o Câmpus no ato de cada entrega

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.4. Sociedade cooperativa ou associação:

9.4.1. Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; 9.6.3. Extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P ou CAF jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

9.5. Agricultor familiar ou Produtor rural:

9.5.1. Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.5.1.1 Para Povos e Comunidades Tradicionais, na ausência da DAP/CAF Física, deverá ser apresentado o NIS (Número de Identificação Social - NIS do Cadastro Único dos Programas Sociais - CadÚnico);

9.5.2. Matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165) 9.7.3. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

9.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.7.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.11. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.13. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira:

9.14. Em razão das especificidades da contratação destinada à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, realizada por meio de Chamada Pública no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fica dispensada a exigência de qualificação econômico-financeira dos participantes.

Qualificação Técnica

9.15. Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo representante legal, conforme seu enquadramento em Fornecedor individual nos termos do ANEXO II, Grupo Formal, anexo III, Grupo Informal anexo IV do Aviso de Contratação.

9.15.1. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física /CAF de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ e DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

9.15.2. O Proponente deverá informar o nome do fornecedor referente a cada item e respectiva quantidade, conforme consta no projeto de venda, bem como as demais informações, conforme anexos V para Fornecedor individual, VI para ,VII Grupo Formal, e anexo VII, Grupo Informal do Aviso de Contratação.

9.16. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são de produção própria, nos termos do ANEXO VIII, IX e X, do Aviso de Contratação, conforme enquadramento do fornecedor

9.17. Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados, nos termos do ANEXO XI do Aviso de Contratação;

9.18. Prova de atendimento dos requisitos higiênico-sanitários, apresentar os seguintes documentos, quando for o caso:

9.18.1. Alimentos de Origem Vegetal beneficiados/processados (bolacha doce orgânica):

- a) Alvará Sanitário vigente;
- b) Ficha Técnica;

9.18.2. Vegetais Frescos (Laranja Valência, Banana Caturra e Maçã Gala):

a) Declaração que implementa a rastreabilidade em toda a cadeia produtiva dos vegetais frescos, conforme procedimentos estabelecidos pela INC ANVISA/MAPA nº 02, de 07 fevereiro de 2018 e INC ANVISA /MAPA 01/2019. Neste caso, no processo de fornecimento, nas notas fiscais deverá constar o número do lote para cada item (vegetal fresco) com rastreabilidade obrigatória; Para comprovação da rastreabilidade segue em anexo os modelos de declaração, conforme enquadramento em Fornecedor Individual anexo XII, Grupo Formal anexo XIII e grupo informal anexo XIV do Aviso de Contratação.

9.18.3. Declaração que os produtos hortícolas atendem aos requisitos mínimos de identidade e de qualidade, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 69, de 06 de novembro de 2018 e Instrução Normativa nº 7, de 13 de maio de 2019 (MAPA);

9.18.4. No caso de fornecimento de alimentos produzidos por agroindústrias familiares do Rio Grande do Sul, formalizadas pelo CPF (comercialização pelo Talão de Produtor), apresentar o Certificado de Inclusão no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), conforme dispõe a Instrução Normativa SEAPDR nº 06/2022 e demais legislações do PEAF.

9.18.5. No caso de fornecimento de alimentos produzidos por agroindústrias familiares constituídas pelo regime de MEI, apresentar o CCMEI e o respectivo extrato da DAP ou da CAF Jurídica ativa emitido nos últimos 60 dias.

9.18.6 No caso de fornecimento de alimentos produzidos por agroindústrias familiares constituídas pelo regime de formalização com CNPJ, exceto MEI, apresentar o Contrato Social e o respectivo extrato da DAP ou da CAF Jurídica ativa emitida nos últimos 60 dias.

9.18.7. Alimentos orgânicos:

a) Documentação comprobatória da respectiva produção orgânica ou agroecológica emitida por órgão reconhecido oficialmente, conforme Lei nº 10.831/2023, Decreto nº 6323/2007 e Portaria SAF nº 38, de 4 de julho de 2014 e devido cadastro no MAPA.

Disposições gerais sobre habilitação técnica sanitária

9.19. Para situações que exigem cópia do contrato de prestação de serviços, tal como no processamento /industrialização por terceiros à organização fornecedora (proponente), no rótulo do respectivo item (produto), deverá constar a referência /identificação (CNPJ) do prestador de serviços, bem como a identificação (CNPJ) do tomador do serviço, neste caso a organização fornecedora proponente ou seus sócios tomadores de serviços de terceiros. Neste caso, na apresentação das amostras e durante o fornecimento, deverá ser apresentada a comprovação da efetivação do processo de terceirização da industrialização (nota fiscal de compra da matéria-prima, nota fiscal de remessa de matéria-prima para industrialização, nota fiscal de retorno do produto final);

9.20. Os documentos de habilitação devem estar vigentes durante todo o processo de fornecimento e sempre que forem atualizados ou sofrerem alterações, o fornecedor deverá informar e disponibilizar a documentação atualizada /vigente, conforme exigência legal para cada caso;

9.21. Somente poderão ser fornecidos os alimentos com a respectiva habilitação técnica/sanitária;

9.22 No caso de fornecedor grupo formal, caso necessitar substituir e/ou incluir novos agricultores fornecedores, durante a execução do processo de entrega/fornecimento, o mesmo deverá apresentar, com antecedência mínima de 15 dias, junto ao IFSul Jaguarão, a amostra do item (alimento) e a respectiva habilitação técnica/sanitária, conforme o caso, bem como informar o nome, CPF, CAF e município do agricultor/fornecedor a ser incluso para fornecimento. Justificativa: Redação necessária pela especificidade da contratação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos

10. Adequação Orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) **Gestão/unidade: 26436/158759**
- II) **Fonte de recursos: 1133000000**
- III) **Programa de trabalho: 2630446**
- IV) **Elemento de despesa: 339032**
- V) **Plano interno: CFF53M9601N**

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Disposições Finais

11.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

12. Termo de Ciência e Concordância

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de de 20.... . _____

(Nome e Cargo do Representante Legal)

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WILLIAM FERREIRA ANANA

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 19/08/2026 às 16:59:37.

FABIAN EDUARDO DEBENEDETTI CARBAJAL

Autoridade competente

ARIDES SILVA RODRIGUES

Equipe de apoio

RENATA BLAAS VIGNOLO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 19/08/2026 às 17:08:54.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo Tecnico Preliminar.pdf (882.95 KB)

IFSUL - CAMPUS JAGUARÃO

Estudo Técnico Preliminar 2/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23882.000077.2026-44

2. Descrição da necessidade

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de promover a segurança alimentar e nutricional dos discentes regularmente matriculados nos cursos técnicos de nível médio (modalidades Integrado e Subsequente) do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) – Câmpus Jaguarão**, ao longo do ano letivo de 2026.

A aquisição destina-se ao fornecimento de gêneros alimentícios oriundos da **Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**, em estrito cumprimento às diretrizes do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, regulamentado pela **Lei nº 11.947/2009** e pela **Resolução CD /FNDE nº 04/2026**. Tais normativas estabelecem a obrigatoriedade de destinação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra direta de produtos da agricultura familiar.

1.1. Contexto e Justificativa Institucional

A oferta regular de alimentação saudável no âmbito do Câmpus Jaguarão desempenha um papel estratégico e multidisciplinar na instituição, visando:

- **Permanência e Êxito Escolar:** Garantir o aporte nutricional adequado e diário necessário ao rendimento acadêmico dos estudantes, prevenindo a evasão escolar decorrente da vulnerabilidade socioeconômica;
- **Promoção da Saúde e Hábitos Saudáveis:** Oferecer alimentos in natura e minimamente processados (frutas, sucos integrais e insumos orgânicos), respeitando a sazonalidade e a cultura alimentar local;
- **Desenvolvimento Socioeconômico Regional:** Fomentar a inclusão produtiva dos pequenos agricultores e cooperativas da região de Jaguarão, fortalecendo a economia local e incentivando práticas sustentáveis de produção.

1.2. Consequências da Não Contratação

A não realização deste procedimento ensejará:

1. O descumprimento de obrigação legal imposta pela Lei nº 11.947/2009 perante o FNDE e órgãos de controle;
2. A interrupção no fornecimento da alimentação escolar, comprometendo diretamente a rotina pedagógica e o bem-estar dos discentes atendidos pelo programa;
3. A não execução/perda dos recursos orçamentários descentralizados especificamente para a alimentação escolar no exercício de 2026.

Diante disso, demonstra-se a imperiosa necessidade da deflagração do processo licitatório/chamada pública para o atendimento contínuo e planejado da referida demanda.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
JG-COAGEA	Renata Blaas

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O objetivo do PNAE é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos estudantes, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

O Câmpus Jaguarão do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) receberá, este ano, os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o atendimento do restante do ano letivo, conforme o número de matriculados no ensino médio técnico nas modalidades subsequente e integrado. Esse recurso, deve ser destinado exclusivamente à compra de gêneros alimentícios.

Conforme o art.14, da Lei nº 11.947/2009, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas,

Com o intuito de viabilizar a execução do PNAE no Câmpus Jaguarão, o Departamento de Apoio à Administração e Planejamento (DEAAP) juntamente com a Coordenadoria de Apoio à Gestão Administrativa e a Diretoria Geral, trabalham para que, dentro de suas possibilidades, se ofereça alimentação saudável e adequada às necessidades nutricionais dos estudantes, em conformidade com o estipulado na Resolução CD /FNDE nº 04/2026

Porém, como exposto, o Câmpus Jaguarão não detém de infraestrutura suficiente para o preparo de refeições (em especial as que exigem cocção), o que faz com que na elaboração de seus cardápios de lanches se inclua, além daquelas frutas que exigem menos manuseio, somente alimentos comercializados prontos para o consumo (processados e proporcionados pelo próprio fabricante), preferencialmente, em embalagens individualizadas.

Desta forma, a nutricionista responsável pelo PNAE no âmbito do IFSul planejou para o Câmpus Jaguarão um cardápio base composto, a cada refeição, por dois tipos de fruta *in natura* e suco natural e ao menos um item de panificação/confeitaria, priorizando o uso de alimentos variados, seguros, e que promovam hábitos alimentares saudáveis; sendo vedado o fornecimento de bebidas com baixo valor nutricional (tais como refrigerantes e refrescos artificiais, bebidas ou concentrados à base de xarope de guaraná ou groselha, chás prontos para consumo e outras bebidas similares), restrita a opção por alimentos enlatados, embutidos, alimentos compostos (dois ou mais alimentos embalados separadamente para consumo conjunto) e/ou concentrados (em pó ou desidratados para reconstituição).

De acordo com as determinações estipuladas pela Resolução RDC nº 216/2004, que estabelece diretrizes específicas para o armazenamento de alimentos, exigindo um ambiente fresco, ventilado e iluminado, isento exposição direta à luz solar e isolado de outros materiais no almoxarifado, especialmente quando se trata de itens congelados ou que demandam refrigeração - um espaço que o Câmpus não dispõe - e considerando a limitação dos recursos financeiros disponíveis pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), optou-se por adotar uma estratégia de aquisição por meio de entregas quinzenais.

As entregas devem estar alinhadas com o cronograma de fornecimento elaborado pelo Câmpus com base em suas estimativas de consumo e capacidade de armazenamento seguro, que no caso serão entregas quinzenais dividida em dois meses, gerando QUATRO entregas de alimentos. Essa medida, além de se adequar às restrições financeiras, busca garantir a integridade e a qualidade dos alimentos, proporcionando uma alimentação segura, conforme as normativas estabelecidas.

Portanto, mesmo na aquisição de alimentos prontos para consumo, deve-se observar a capacidade logística do fornecedor, que deve suprir as necessidades de fornecimento parcelado ao órgão, garantindo a entrega do material, observando as temperaturas operacionais, que devem ser mantidas adequadas também durante o embarque, transporte, desembarque e entrega dos itens, colaborando para a segurança alimentar.

5. Levantamento de Mercado

A pesquisa de mercado foi conduzida pela Coordenadoria de Apoio à Gestão Administrativa responsável pela aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, em conformidade com as regulamentações do PNAE. O objetivo foi identificar soluções capazes de atender à demanda e superar as dificuldades encontradas na execução do programa, conforme apresentado a seguir:

Solução 1: Aquisição de gêneros alimentícios (frutas, itens de panificação e confeitaria, sucos e lácteos) prontos para consumo, em embalagens individuais, fornecidos parceladamente, sob contrato ou instrumento que o substitua.	
Perspectivas positivas:	Perspectivas restritivas:
• Não há necessidade de preparar o alimento para o consumo; • Não há necessidade de um espaço adequado para o manuseio/preparo das refeições; • Não há necessidade de mão de obra qualificada para o manuseio/preparo das refeições; • Os pequenos comércios e indústrias de alimentos (padarias, panificadoras, supermercados, e distribuidoras de bebidas e alimentos), tal como as agroindústrias e agricultores familiares, locais ou regionais, podem participar da licitação, visando o fornecimento à administração pública, possibilitando o atendimento às exigências do art. 29 da Resolução CD /FNDE nº 06/2020; • O cardápio pode ser adaptado para inclusão do maior número e variedade possível de gêneros alimentícios <i>in natura</i> e pouco processados, bem como de boa variedade de alimentos prontos para consumo, seguros e que respeitem a cultura e as tradições alimentares locais, promovendo hábitos alimentares saudáveis; e • Implementação em outros campi da Instituição.	• Restringe o cardápio à alimentos prontos para consumo, dificultando o atendimento aos objetivos do PNAE relacionados a uma alimentação saudável, a base de alimentos naturais (frutas, legumes, verduras, grãos e cereais) diversificados, em preparações alimentícias pouco ou não processados industrialmente, adequados à cultura e tradições locais e aos hábitos alimentares saudáveis; • Há pouca variedade de alimentos prontos oriundos da agricultura familiar ou do empreendedor familiar rural e suas organizações, dificultando o atendimento; e • Exige a realização de múltiplos processos de compra/licitatórios, voltados ora aos beneficiários da Lei nº 11.326/2006, ora às demais indústrias, comércio e distribuidores de alimentos, a fim de obter-se os produtos não ofertados pelos primeiros.

Solução 2: Aquisição de Gêneros Alimentícios básicos (*in natura*) para preparação de refeições no órgão adquirente.

Perspectivas positivas:	Perspectivas restritivas:
• A aquisição beneficiaria a compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar; e • A preparação <i>in loco</i> das refeições seria a ideal para atender os objetivos do PNAE relacionados a uma alimentação saudável e adequada compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis.	• O Câmpus não possui infraestrutura de refeitório, tendo somente uma Copa para Servidores e Alunos • Exige a construção de espaço adequado para o armazenamento dos alimentos e preparo dos lanches (estoque, copa e cozinha), bem como a contratação de mão de obra qualificada para o manuseio/preparo das refeições; • O consumo de refeições mais elaboradas, não embaladas para consumo individual exige também a disponibilidade de espaço apropriado para que os alunos se alimentem (refeitório); e • Não garante a dedicação de 100% dos recursos à compra direta dos beneficiários da Lei nº 11.326/2006, haja visto que alguns produtos essenciais ao preparo dos alimentos (sal, óleo, açúcar, etc.) não são beneficiados pela agricultura familiar e suas organizações e que muitos produtores rurais (e suas organizações) não dispõem de meios logísticos capazes de garantir a oferta parcelada e recorrente em regiões distantes de sua sede.

Solução 3: Contratação de serviço de fornecimento de refeições prontas e porcionadas, com entrega periódica, conforme demanda e capacidade de armazenagem do órgão requerente.

Perspectivas positivas:	Perspectivas restritivas:
• Não há necessidade de preparar o alimento para o consumo; • Não há necessidade de um espaço adequado para o manuseio/preparo das refeições; • O objeto pode incluir o fornecimento de fruta, preparação alimentícia a base de proteínas, cereais ou carboidratos e vegetais, e bebida láctea ou suco natural, numa única contratação baseada no preço médio	• Inviabiliza o atendimento às exigências da Resolução CD/FNDE nº 04/2026, vez que não permite a participação da agricultura familiar e suas organizações; • Tende a ser uma opção mais cara, por incluir também o 'custo do serviço'; e • O atendimento da demanda se concentra em um único fornecedor, aumentando os riscos à administração em caso de inexecução contratual.

estimado para a refeição completa, com quantitativos variáveis e faturamento mensal em razão da demanda atendida; e • Permite a inclusão de uma maior variedade de gêneros alimentícios, o uso de alimentos variados, seguros, e que respeitem a cultura e as tradições locais, bem como promovam hábitos alimentares saudáveis.	
---	--

Após a análise das necessidades descritas, dos requisitos técnicos inerentes à demanda e à contratação, bem como das soluções disponíveis no mercado, considerando suas perspectivas positivas e negativas, concluímos que a opção mais acessível e viável para ser implementada no Câmpus Jaguarão é a identificada como "Solução 1" no tópico de Levantamento de Mercado: "aquisição de gêneros alimentícios (frutas, itens de panificação e confeitaria, sucos e lácteos) prontos para consumo, em embalagens individuais, fornecidos parceladamente, sob contrato ou instrumento equivalente".

Com base nesta solução, foram avaliados diversos fornecedores, feirantes da Cidade de Jaguarão, através da EMATER, Sindicato Rural de Jaguarão, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaguarão, Cooperativa Agropecuária de Arroio do Padre

Entretanto, somente uma instituição, após várias tentativas de envio de orçamentos, mostrou-se interessada e capacitada para fornecimento de alimentos através do PNAE.

A Cooperativa Agropecuária de Arroio do Padre demonstrou um interesse proativo, enviando lista de itens rapidamente. A cooperativa apresentou diversas alternativas de alimentos, destacando-se frutas e bolacha integral. Somado a isso, foi feita uma pesquisa de preços no PAINEL do Governo Federal para demonstrar melhor a realidade de preços de tais itens e chegar num valor justo.

6. Descrição da solução como um todo

Fornecimento de lanches e frutas devem ser entregues no Câmpus Jaguarão em **KITS INDIVIDUAIS EM SACOLAS PLÁSTICA FECHADAS**, conforme apresentado no quadro 2, QUINZENALMENTE em uma única entrega, em dia e turno a combinar.

Quadro 1 - Descrição dos itens que estarão no kit entregue ao aluno(a)
1.Laranja Valência. Característica Gerais:In natura, de primeira qualidade, grau de maturação adequado para consumo imediato ou de curto prazo. Casca limpa, íntegra, sem lesões, pragas ou podridões. Porte e tamanho uniformes. Peso médio por unidade: 85g (Aprox. 5 unidades)
2. Banana Caturra. In natura, de primeira qualidade, firme, com casca intacta e sem rachaduras, livre de sujeiras, pragas ou amassamentos severos. Maturação uniforme (de verde-amarelada a madura). Peso médio por unidade 22g.(Aprox. 2 Unidades)

3. Suco integral de laranja. 100% suco integral de laranja, sem adição de açúcares, conservantes, corantes ou água. Embalagem primária própria de fábrica (garrafa de 1L ou submúltiplos), devidamente vedada, rotulada segundo a legislação vigente e com registro no MAPA.

Unidade: Aprox .430 ml.

4. Bola Doce Orgânica Biscoito doce orgânico, isento de gorduras trans e corantes artificiais, produzido com ingredientes com certificação orgânica válida. Embalagem própria de fábrica, intacta, hermeticamente fechada e com identificação de lote e validade.

Peso médio: Aprox. 170g

5. Maçã Gala In natura, de primeira qualidade, frutos firmes, limpos, casca com coloração típica da cultivar Gala. Isentas de danos mecânicos, perfurações, pragas, mofo ou podridão.

Peso médio: Aprox. 29g

Os gêneros alimentícios a serem adquiridos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde – MS e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e ser selecionados estritamente em consonância com o cardápio elaborado pelo nutricionista.

Importante ressaltar que, quando da entrega, os Kits de Alimentos prontos para consumo, deverão apresentar-se:

1. isentos de substâncias terrosas;
2. sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;
3. sem parasitas, larvas ou outros animais, inclusive nas embalagens;
4. sem umidade externa anormal;
5. isentos de odor e sabor estranhos;
6. embalados individualmente, conforme unidade pré estabelecida;
7. rotulados com a descrição dos ingredientes utilizados na sua preparação, de acordo com as normas técnicas vigentes, e com identificação fácil e legível das datas de fabricação e validade;
8. conter baixo teor de açúcares e gorduras, conforme especificação;
9. ser livres de gordura trans.

Em caso de indisponibilidade de algum dos alimentos listados, será permitida a substituição por similares, de valor nutricional equivalente. Entretanto, é fundamental que a Instituição seja notificada sobre qualquer alteração com antecedência mínima de 7 dias.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade estimada é baseada no cardápio elaborado pela nutricionista do IFSul, nas porções individuais, nas repetições de oferta previstas durante dois últimos meses letivos do exercício de 2026, e do número de alunos regularmente matriculados nos cursos de nível médio integrado e curso técnico subsequente.

No Quadro 2, são apresentadas as quantidades estimadas, considerando dois meses letivos e 240 matriculados, conforme censo escolar do ano de 2026.

Quadro 2 - Quantidade Estimada

Item	Descrição do Alimento	Unid.	Quantidade por estudante por quinzena	Nº de estudantes	Nº de quinzenas projetadas	Total estimado no ano de 2026
1	Laranja Valência	kg	0,85	240	4	3,4
2	Banana Caturra	kg	0,22		4	0,88
3	Suco integral de laranja - 1 litro	litro	0,43		4	1,72
4	Bolacha Doce Orgânica	Kg	0,17		4	0,68
5	Maçã Gala	Kg	0,29		4	1,16

A composição do cardápio e a seleção dos gêneros alimentícios que integram os kits individuais distribuídos aos estudantes do IFSul – Câmpus Jaguarão foram minuciosamente planejadas e avaliadas sob a supervisão técnica da **Nutricionista Christine Gonçalves Alves (CRN-2 12850D)**, estando em consonância com as exigências da **Lei nº 11.947/2009**, da **Resolução CD/FNDE nº 04/2026** e com os princípios do **Guia Alimentar para a População Brasileira**.

1. Priorização de Alimentos *In Natura* e Minimamente Processados

O cardápio prioriza amplamente a oferta de alimentos *in natura* (Laranja Valência, Banana Caturra e Maçã Gala) e minimamente processados/integrais (Suco Integral de Laranja). Essa seleção assegura o fornecimento diário e adequado de micronutrientes, fibras e hidratação, promovendo a segurança alimentar, a saúde e o rendimento escolar dos discentes do ensino técnico.

2. Viabilidade e Adequação Técnica da Bolacha Doce Orgânica

Em atenção às orientações técnicas exaradas pela nutricionista da instituição, a inclusão da **bolacha/biscoito doce orgânico** na composição do kit justifica-se pelos seguintes critérios:

- **Adequação Normativa e Sanitária:** O item atende integralmente às disposições sanitárias, de rotulagem e aos requisitos de certificação da produção orgânica.
- **Grau de Processamento e Composição:** Em conformidade com as recomendações técnicas da Nutricionista Christine G. Alves, o produto prioriza formulações elaboradas com menor teor de aditivos alimentares, sem uso de gorduras hydrogenadas/interesterificadas ou corantes artificiais, além de observar os limites de açúcares adicionados e sódio.
- **Periodicidade e Equilíbrio Nutricional:** Conforme expressamente destacado no parecer da profissional, a frequência **quinzenal** de oferta do biscoito orgânico atua de forma complementar dentro de um cardápio nutricionalmente variado. Essa inclusão esporádica não configura substituição sistemática de refeições de maior valor nutricional, garantindo a aceitabilidade pelos estudantes sem comprometer a diretriz principal do PNAE de valorização de produtos *in natura*.

3. Conclusão da Avaliação Nutricional

Dessa forma, o conjunto dos alimentos propostos para a aquisição via Agricultura Familiar cumpre o papel de oferecer uma alimentação balanceada, segura, culturalmente adequada e sustentável, estando respaldado e aprovado tecnicamente pela Responsável Técnica pela nutrição do IFSul.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 24.615,88

O valor estimado da contratação é de **R\$ 24.615,88 (Vinte e Quatro Mil e Seiscentos e Quinze Reais e Oitenta e Oito Centavos.)**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Por tratar-se de necessidade contínua e de alimentos perecíveis se justifica a realização de contrato pelo prazo de DOIS MESES , com entregas quinzenais conforme cardápio pré-estabelecido, com possibilidade de prorrogação contratual nos termos da Lei 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação visa atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e suprir a demanda de alimentação dos estudantes do IFSul Câmpus Jaguarão e, se enquadra como uma ação de Acesso, Permanência e Êxito, visando combater a evasão e retenção de estudantes.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Emprego da alimentação saudável e adequada (alimentos variados, seguros, contribuindo para a melhoria do rendimento escolar);
- Universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
- Apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar
- Direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária.

13. Providências a serem Adotadas

Tratando-se de compras da agricultura familiar, a aquisição dos gêneros alimentícios com recursos do PNAE deverá ocorrer por Dispensa de licitação, por meio de Chamada Pública, nos termos do Art. 14 da Lei 11.947 /2009 e dos arts. 29 a 49 da Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, sem prejuízo das demais possibilidades de dispensa de licitação previstas na Lei 14.133 de 2021.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição de gêneros alimentícios e a logística de distribuição em kits individuais geram impactos ambientais que devem ser previstos e mitigados durante a execução do contrato/chamada pública.

4.1. Principais Impactos Mapeados

1. Geração de Resíduos Sólidos (Embalagens Plastificadas):

- A utilização de sacolas plásticas para o acondicionamento dos **240 kits individuais quinzenais** e as embalagens primárias dos produtos (suco e biscoito orgânico) geram resíduos plásticos e de papelão no âmbito do Câmpus Jaguarão.

2. Uso de Defensivos Agrícolas e Degradação do Solo:

- A produção agrícola convencional pode causar contaminação do solo e recursos hídricos por agrotóxicos ou fertilizantes sintéticos.

4.2. Medidas de Mitigação e Diretrizes de Sustentabilidade

Para neutralizar ou diminuir esses impactos, o processo adota as seguintes estratégias sustentáveis:

• Incentivo à Produção Orgânica e Agroecológica:

- A priorização e aquisição de itens como o **biscoito/bolacha doce orgânica** e produtos agroecológicos da Agricultura Familiar reduzem a pegada ambiental na origem, eliminando o uso de fertilizantes sintéticos e defensivos químicos danosos ao solo e aos recursos hídricos.

• Gestão Responsável de Resíduos no Câmpus:

- **Logística Reversa / Reutilização:** As caixas de transporte (monoblocos plásticos) utilizadas na entrega dos kits quinzenais deverão ser reaproveitadas pelo fornecedor.
- **Destinação Adequada:** As sacolas plásticas dos kits e as embalagens descartáveis geradas na instituição serão encaminhadas para lixeiras recicláveis oferecidas pelo campus.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no estudo e no levantamento técnico promovido neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), conclui-se que a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no IFSul – Câmpus Jaguarão durante dois meses do ano letivo de 2026 é TOTALMENTE VIÁVEL E ADEQUADA

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WILLIAM FERREIRA ANANA

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 19/08/2026 às 16:45:42.

FABIAN EDUARDO DEBENEDETTI CARBAJAL

Autoridade competente

ARIDES SILVA RODRIGUES

Equipe de apoio

RENATA BLAAS VIGNOLO

Equipe de apoio



Orientações técnicas para aquisição de bolacha doce orgânica (Proposta de aquisição - Agricultura Familiar - Câmpus Jaguarão)

1. Exigências legais e sanitárias

Para fins de aquisição com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

- atendimento às disposições da Lei nº 11.947/2009;
- atendimento às diretrizes estabelecidas na Resolução CD/FNDE nº 4/2026;
- atendimento à legislação sanitária e de rotulagem de alimentos vigente;
- apresentação de certificação de produção orgânica, quando aplicável;
- rotulagem em conformidade com a legislação da ANVISA, contemplando, no mínimo, lista de ingredientes, informação nutricional, identificação de alergênicos, declaração de glúten, lote, data de fabricação, prazo de validade e identificação do fabricante ou da cooperativa;
- atendimento aos demais requisitos estabelecidos no edital, Termo de Referência ou Chamada Pública.

2. Recomendações técnicas

Além das exigências legais e sanitárias, recomenda-se que a seleção do produto considere os seguintes critérios técnicos:

- dar preferência a formulações compostas predominantemente por ingredientes alimentícios e com menor utilização de aditivos alimentares;
- priorizar produtos elaborados com ingredientes de menor grau de processamento, em consonância com os princípios da alimentação adequada e saudável previstos na Resolução CD/FNDE nº 4/2026 e no Guia Alimentar para a População Brasileira;
- dar preferência à utilização de farinhas integrais ou cereais integrais na composição do produto;
- priorizar produtos com maior teor de fibras alimentares;

- dar preferência a produtos cuja composição seja compatível com alimentos de menor grau de processamento, **evitando, sempre que possível, formulações que contenham gordura vegetal hidrogenada, gordura interesterificada, xaropes, corantes artificiais, aromatizantes artificiais, edulcorantes e excesso de aditivos alimentares.**
- dar preferência a produtos que não apresentem rotulagem nutricional frontal de alto teor de açúcares adicionados, gordura saturada ou sódio;
- realizar avaliação prévia da composição nutricional, da lista de ingredientes, da rotulagem e do grau de processamento do produto antes da homologação da proposta;
- verificar a compatibilidade do produto com o planejamento do cardápio escolar e com as diretrizes nutricionais do PNAE, de modo que sua oferta não comprometa a priorização de alimentos in natura e minimamente processados.

3. Conclusão técnica

A aquisição de bolacha doce orgânica proveniente da agricultura familiar é tecnicamente possível no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desde que sejam atendidas as exigências legais e sanitárias aplicáveis.

Recomenda-se, ainda, que a composição, a rotulagem nutricional e o grau de processamento do produto sejam previamente avaliados pela nutricionista, priorizando formulações compatíveis com os princípios da alimentação adequada e saudável estabelecidos pela Resolução CD/FNDE nº 4/2026 e pelo Guia Alimentar para a População Brasileira.

A frequência prevista de oferta (quinzenal) não caracteriza, por si só, impedimento à aquisição ou à distribuição do produto no âmbito do PNAE. Sua inclusão deverá ocorrer como parte de um cardápio nutricionalmente variado, que priorize alimentos in natura e minimamente processados, não configurando substituição sistemática de preparações de maior qualidade nutricional.

Por fim, a avaliação técnica considera o conjunto das características do produto, incluindo sua composição, qualidade nutricional, grau de processamento, rotulagem e adequação ao planejamento alimentar da unidade escolar, não sendo recomendada a aprovação ou a rejeição com base exclusivamente na presença isolada de determinado ingrediente.

Nutricionista Christine G. Alves - CRN-2 12850D

Documento Digitalizado Público

Orientações técnicas para aquisição - PNAE - Câmpus Jaguarão

Assunto: Orientações técnicas para aquisição - PNAE - Câmpus Jaguarão
Assinado por: Christine Goncalves
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Christine Goncalves Alves, NUTRICIONISTA-HABILITACAO**, em 27/07/2026 13:42:32.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/07/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1043979

Código de Autenticação: 283a484549



PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO E EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA - PNAE

TETO ORÇAMENTÁRIO
R\$ 24.624,00

INVESTIMENTO EXECUTADO
R\$ 24.615,88

SALDO REMANESCENTE
R\$ 8,12

PÚBLICO ATENDIDO
240 Estudantes

Modo de Distribuição Definido: Atendimento de 240 estudantes ao longo de 8 semanas com regime de entrega quinzenal (4 entregas).

1. Composição do Kit Individual (Por Estudante / Por Entrega Quinzenal)

Item / Alimento	Quantidade Estimada por Kit (Por Aluno)	Unidades Aprox. por Kit	Preço Unitário Base	Custo Estimado por Kit
Laranja Valência	0,85 Kg	~ 5 unidades	R\$ 4,81 / Kg	R\$ 4,08
Banana Caturra	0,22 Kg	~ 2 unidades	R\$ 5,78 / Kg	R\$ 1,28
Suco Integral de Laranja	0,43 L	~ 1 garrafa (430 ml)	R\$ 18,44 / L	R\$ 7,88
Biscoito / Bolacha Doce Orgânica	0,17 Kg (170 g)	1 pacote (~170 g)	R\$ 52,76 / Kg	R\$ 9,01
Maçã Gala	0,29 Kg	~ 2 unidades	R\$ 11,51 / Kg	R\$ 3,39
VALOR TOTAL ESTIMADO DE 1 KIT INDIVIDUAL QUINZENAL				R\$ 25,64

2. Cronograma Geral: Consumo para 8 Semanas (4 Entregas Quinzenais)

Item / Especificação	Qtd. / Aluno / Quinzena	Qtd. Total (8 Semanas)	Preço Médio Unit.	Custo Total Executado
Laranja Valência (Kg)	0,85 Kg (~5 unid.)	815 Kg	R\$ 4,81 / Kg	R\$ 3.920,15
Banana Caturra (Kg)	0,22 Kg (~2 unid.)	212 Kg	R\$ 5,78 / Kg	R\$ 1.225,36
Suco Integral de Laranja (1L)	0,43 L	410 Litros	R\$ 18,44 / L	R\$ 7.560,40
Biscoito / Bolacha Doce Orgânica (Kg)	0,17 Kg (170 g)	164 Kg	R\$ 52,76 / Kg	R\$ 8.652,64
Maçã Gala (Kg)	0,29 Kg (~2 unid.)	283 Kg	R\$ 11,51 / Kg	R\$ 3.257,33
TOTAL GERAL (8 SEMANAS / 4 ENTREGAS QUINZENAIS)				R\$ 24.615,88

3. Detalhamento Operacional por Entrega Quinzenal (240 Estudantes)

Item	Qtd. Individual por Entrega	Qtd. Total por Entrega (240 Alunos)	Nº de Entregas	Preço Unitário	Custo por Entrega
Laranja Valência	0,85 Kg	203,75 Kg	4	R\$ 4,81 / Kg	R\$ 980,04
Banana Caturra	0,22 Kg	53,00 Kg	4	R\$ 5,78 / Kg	R\$ 306,34
Suco Integral de Laranja	0,43 L	102,50 Litros	4	R\$ 18,44 / L	R\$ 1.890,10
Biscoito Doce Orgânico	0,17 Kg	41,00 Kg	4	R\$ 52,76 / Kg	R\$ 2.163,16
Maçã Gala	0,29 Kg	70,75 Kg	4	R\$ 11,51 / Kg	R\$ 814,33
TOTAL POR ENTREGA QUINZENAL (240 Kits x R\$ 25,64)					R\$ 6.153,97

PLANILHA DE PREÇO ESTIMADO										
Nº DO PROCESSO: 23882.000077.2026-44										
ITE	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT.		ORÇAMENTO 1	ORÇAMENTO.2	ORÇAMENTO 3	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
1	Laranja Valência	471860	Kg	815	VALOR:	R\$ 4,69	R\$ 5,00	R\$ 4,74	R\$ 4,81	R\$ 3.920,15
					EMPRESA:	COOPERATIVA AGROPECUARIA Avenida DE ARROIO DO PADRE - COOPAP	INST.FEDERAL DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	INST.FED.DE EDUC.TEC BAHIA /CAMPUS SALVADOR		
					CNPJ:	15.159.381/0001-23	UASG: 158127 – DL: 00045/2026	UASG: 158411 – DL: 00054/2025		
					DATA:	02/06/26	21/07/26	18/12/25		
2	Banana Cattura	464377	Kg	212	VALOR:	R\$ 5,74	R\$ 5,04	R\$ 6,56	R\$ 5,78	R\$ 1.225,36
					EMPRESA:	COOPERATIVA AGROPECUARIA Avenida DE ARROIO DO PADRE - COOPAP	INSTITUTO FEDERAL BAIANO /CAMPUS VALENÇA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA		
					CNPJ:	15.159.381/0001-23	UASG:154579 – DL: 00016/2026	UASG: 158148 – DL: 00174/2026		
					DATA:	02/06/26	27/07/26	29/06/26		
3	Suco Integral de Laranja	442811	Litro	410	VALOR:	R\$ 18,33	R\$ 20,00	R\$ 16,99	R\$ 18,44	R\$ 7.560,40
					EMPRESA:	COOPERATIVA AGROPECUARIA Avenida DE ARROIO DO PADRE - COOPAP	ESP-UNESP-FACUL DE ENGEN-C.S.JOÃO BOA VISTA	INST.FED.SÃO PAULO/CAMPUS SÃO PAULO		
					CNPJ:	15.159.381/0001-23	UASG: 102339 – DL: 00062/2026	UASG: 158270 – DL: 00026/2026		
					DATA:	02/06/26	06/07/26	29/04/26		
4	Biscoito Doce	616984	kg	164	VALOR:	R\$ 55,00	R\$ 67,25	R\$ 36,02	R\$ 52,76	R\$ 8.652,09
					EMPRESA:	COOPERATIVA AGROPECUARIA Avenida DE ARROIO DO PADRE - COOPAP	MRS-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL	INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE		
					CNPJ:	15.159.381/0001-23	UASG: 988599 – DL: 00011/2026	UASG: 158125 – DL: 00231/2026		
					DATA:	02/06/26	15/03/26	21/01/26		

5	Maçã Gala	464400	Kg	283	VALOR:	R\$ 11,54	R\$ 11,00	R\$ 11,99	R\$ 11,51	R\$ 3.257,33
					EMPRESA:	COOPERATIVA AGROPECUARIA Avenida DE ARROIO DO PADRE - COOPAP	MBA-PREFEITURA MUNICIPAL VITÓRIA DA CONQUISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA/CE		
					CNPJ:	15.159.381/0001-23	UASG: 983965 – Pregão: 90008/2026	UASG: 981251 – Pregão: 90006/2026		
					DATA:	02/06/26	13/07/26	29/06/26		
									TOTAL	R\$ 24.615,88

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Relatório emitido em 03/08/2026 11:20

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
33/2026	158126	Concluída	WILLIAM FERREIRA ANANA

Título: PNAE

Observações:

Total de itens cotados: 5 Valor total da pesquisa de preços: R\$ 28.727,2600

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
471860 - Fruta Tipo 1: Laranja Valência , Apresentação: Natural	Quilograma	960
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 4,7400	R\$ 4,8700	R\$ 4,8700
Coeficiente de Variação: 2,6694%		
Desvio Padrão: 0,1300		
Maior Preço: R\$ 5,0000		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 5,0000	21/07/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15812706000452026	21/07/2026	12	Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar, no âmbito do PNAE, para atender os alunos matriculados no IFFar Campus Júlio de Castilhos.
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	158127	INST.FEDERAL DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
ROSEMARI DE OLIVEIRA COITE	815.523.190-91	N/A	Dispensa
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Sem critério de julgamento

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RS/ Júlio de Castilhos	Júlio Castilhos	98130000	50

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras. gov.br	720	Quilograma	R\$ 4,7400	18/12/2025	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15841106000542025	18/12/2025	4	Dispensa de Licitação nº 009/2025 - A presente contratação tem como objeto "Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural", para o atendimento do cardápio da alimentação escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	158411	INST.FED.DE EDUC.TEC BAHIA /CAMPUS SALVADOR	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
COOPAFQC COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES QUILOMBOLAS DA CORDOARIA	59.858.298 /0001-18	S/M	Dispensa
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Sem critério de julgamento			

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
BA/Salvador	RUA EMÍDIO DOS SANTOS, S/N - BAIRRO BARBALHO	40301015	720

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464377 - Fruta Tipo: Banana Da Terra / Banana Comprida , Apresentação: Natural	Quilograma	249
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 5,0400	R\$ 5,8000	R\$ 5,8000
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 13,1034% Desvio Padrão: 0,7600 Maior Preço: R\$ 6,5600		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 5,0400	27/07/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
15457906000162026		27/07/2026	2		Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		154579	INSTITUTO FEDERAL BAIANO /CAMPUS VALENÇA		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
COOPERATIVA FEMININA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DE VALENCA-BA		29.161.565 /0001-32	cooperativa		Dispensa		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	-		Acesse a compra		

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
BA/Valença	Valença	45400000	300

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 6,5600	29/06/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
15814806001742026		29/06/2026	6		Aquisição de Gêneros Alimentícios, diretamente de agricultores familiares, com recursos do PNAE /2026		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Federal		158148	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA		SISPP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
LUIZ YABLEGA SURUI		749.497.482-20	Próprio		Dispensa		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	-		Acesse a compra		

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RO/Cacoal	Rodovia BR 364, km 228, Lote 2A	76969094	100

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
442811 - Suco Apresentação: Líquido , Sabor: Laranja , Tipo: Integral , Características Adicionais: Concentrado E Sem Adição De Açúcar , Validade: 5 MESE	Litro	480
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 16,9900	R\$ 18,4950	R\$ 18,4950
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 8,1373% Desvio Padrão: 1,5050 Maior Preço: R\$ 20,0000		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i1	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	8	Caixa 1 Litro	R\$ 20,0000	06/07/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
10233906000622026	06/07/2026	30	Aquisição de itens para oferta de coffee breaks em março de 2026 da Unesp- Faculdade de Engenharia – Câmpus de São João da Boa Vista.
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	102339	ESP-UNESP-FACUL DE ENGEN-C.S.JOÃO BOA VISTA	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
FRUTARIA NAGIB LTDA	18.542.736/0001-57	Suco	Dispensa
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Sem critério de julgamento

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
SP/São João da Boa Vista	Avenida Professora Isette Corrêa Fontão	13876750	8

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	6	Caixa 1 Litro	R\$ 16,9900	29/04/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15827006000262026	29/04/2026	124	Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, bebidas (destiladas, fermentadas e não alcoólicas) e materiais descartáveis de uso técnico, visando atender às aulas práticas do curso Técnico em Serviços de Restaurante e Bar do Instituto Federal de São Paulo – Campus São Paulo.
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	158270	INST.FED.SÃO PAULO/CAMPUS SÃO PAULO	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
62.013.938 YASMIM REIS GAMA	62.013.938/0001-01	Natural One	Dispensa
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
SP/São Paulo	Rua Pedro Vicente	01109010	6

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
616984 - Biscoito Sabor: Cacau , Tipo: Cookies , Características Adicionais: Sem Lactose, Sem Glúten	Quilograma	192
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 36,0200	R\$ 51,6350	R\$ 51,6350
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 30,2411%		
Desvio Padrão: 15,6150		
Maior Preço: R\$ 67,2500		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	MRS-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 67,2500	15/03/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98859906000112026	15/03/2026	1	Aquisição de bebida de arroz em pó e biscoito sem leite e sem glúten.
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Municipal	988599	MRS-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
AM COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.099.117/0001-07	LILIBEL POLVILHO	Dispensa
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RS/Caxias do Sul	Rua Alfredo Chaves	95020460	30

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	28	Quilograma	R\$ 36,0200	21/01/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15812506002312026	21/01/2026	12	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE afim de atender as demandas do IFC campus Fraiburgo.
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	158125	INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERE - COPAVIDI	08.971.433 /0001-04	Caseira	Dispensa
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Sem critério de julgamento			

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
SC/Fraiburgo	Rua Cruz E Souza	89580676	28

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464400 - Fruta Tipo: Maçã Gala , Apresentação: Natural	Quilograma	332
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	☒ Média	Mediana
R\$ 11,0000	R\$ 11,4950	R\$ 11,4950
Coeficiente de Variação: 4,3062% Desvio Padrão: 0,4950 Maior Preço: R\$ 11,9900		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL VITÓRIA DA CONQUISTA-BA - Compras.gov.br	608	Quilograma	R\$ 11,0000	13/07/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
98396505900082026		13/07/2026	78		Objeto: Pregão Eletrônico - Fornecimento de itens para coffee break, lanches e bebidas (sucos e refrigerantes).		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Municipal		983965	MBA-PREFEITURA MUNICIPAL VITÓRIA DA CONQUISTA		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
ENOCK SOUZA AMARAL E CIA LTDA		13.209.887/0001-74	fruta		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	600	Quilograma	R\$ 11,9900	29/06/2026	Sim
Id da Compra		Comprado em	N° do Item		Objeto da Compra		
98125105900062026		29/06/2026	15		Objeto: Pregão Eletrônico - Seleção de empresa para registro de preços para futuras e eventuais aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das diversas secretarias daprefeitura municipal de Guaiúba/ce.		
Esfera		UASG	Nome UASG		Forma		
Estadual		981251	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIBUA/CE		SISRP		
Fornecedor		Ni Fornecedor	Marca/modelo		Modalidade		
F. E. ALMEIDA DA SILVA		17.333.890/0001-56	maça gala		Pregão		
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		Acesse a Ata	Acesse o Edital		Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Legenda:

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE ARROIO DO PADRE – COOPAP

Avenida 17 de Abril, S/Nº - Centro - Arroio do Padre/ RS - CEP: 96155-000

Fone: (53) 99923-8755

CNPJ Nº: 15.159.381/0001-23 - Inscrição Estadual Nº: 470/0001886 - NIRE: 43400100474

Produtos	Unidade	Preço	Produtos	Unidade	Preço
Abóbora cabutia/japonesa	KG	R\$ 5,70	Limão	KG	R\$ 7,26
Abóbora Menina/Pescoço	KC	R\$ 3,85	Louro	MOLHO	R\$ 5,63
Abóbora Moranga	KG	R\$ 4,93	Maça Fuji	KG	R\$ 11,54
Abobrinha Itália	KG	R\$ 5,46	Maça Gala	KG	R\$ 11,54
Aipim	KG	R\$ 4,90	Manjerição	MOLHO	R\$ 6,25
Alface Crespa	UNID	R\$ 4,50	Maracujá	KG	R\$ 32,00
Alface Crespa	KG	R\$ 19,94	Melancia	KG	R\$ 5,00
Alface Lisa	UNID	R\$ 3,70	Melão Cantaloupe	KG	R\$ 8,41
Alface Roxa	UNID	R\$ 5,05	Melão Gaúcho	KG	R\$ 7,63
Alho	KG	R\$ 42,00	Melão Sapo	KG	R\$ 13,55
Banana Caturra	KG	R\$ 5,74	Milho Verde	PCT	R\$ 6,90
Banana Prata	KG	R\$ 5,99	Morango	KG	R\$ 38,00
Batata Doce Branca/Roxa	KG	R\$ 7,50	Mostarda	MOLHO	R\$ 4,50
Batata Inglesa branca/rosa	KG	R\$ 8,88	Pepino Salada	KG	R\$ 6,80
Bergamota	KG	R\$ 6,18	Pessegueiro	KG	R\$ 8,41
Bergamota Pocan	KG	R\$ 6,50	Pimentão Amarelo	KG	R\$ 28,79
Berinjela	KG	R\$ 7,28	Pimentão Verde	KG	R\$ 11,55
Beterraba	MOLHO	R\$ 7,25	Pimentão Vermelho	KG	R\$ 27,76
Beterraba	KG	R\$ 6,43	Rabanete	KG	R\$ 9,50
Brócolis	UNID	R\$ 6,25	Rabanete	MOLHO	R\$ 4,70
Brócolis	KG	R\$ 9,80	Repolho Roxo	KG	R\$ 7,80
Caqui Fuyu	KG	R\$ 9,51	Repolho Verde	KG	R\$ 6,50
Cebola	KG	R\$ 9,50	Repolho Verde	UNID	R\$ 6,50
Cebola Roxa	KG	R\$ 12,88	Rúcula	MOLHO	R\$ 4,88
Cenoura	KG	R\$ 7,99	Salsa	MOLHO	R\$ 3,34
Cheiro Verde	MOLHO	R\$ 3,25	Suco Integral de Uva	1 LT	R\$ 18,22
Chuchu	KG	R\$ 4,84	Suco Integral de Uva	1,5 LT	R\$ 24,25
Couve Flor	UNID	R\$ 7,78	Suco Integral de Goiaba	1 LT	R\$ 18,33
Couve Flor	KG	R\$ 9,50	Suco Integral de Laranja	1 LT	R\$ 18,33
Couve Verde	MOLHO	R\$ 3,55	Suco Integral de Maça	1 LT	R\$ 18,22
Couve Mateiga	MOLHO	R\$ 3,85	Suco Integral de Tangerina	1 LT	R\$ 18,33
Espinafre	KG	R\$ 10,03	Suco Orgânico de Uva	1 LT	R\$ 25,50
Espinafre	MOLHO	R\$ 5,01	Suco Orgânico de Uva	1,5 LT	R\$ 33,00
Goiaba	KG	R\$ 12,25	Suco Orgânico de Tangerina	1 LT	R\$ 25,50
Laranja	KG	R\$ 4,86	Tempero Verde	MOLHO	R\$ 3,24
Laranja de Suco	KG	R\$ 4,43	Tomate Cereja	KG	R\$ 22,75
Laranja de Umbigo	KG	R\$ 9,96	Tomate Gaúcho	KG	R\$ 9,93
Laranja Valência	KG	R\$ 4,69	Tomate Italiano	KG	R\$ 9,79
Laranja do Céu	KG	R\$ 9,67	Tomate Longa Vida	KG	R\$ 11,03
			Uva	KG	R\$ 13,70
BOLACHA DOCE ORGÂNICA	KG	R\$ 55,00	Vagem Manteiga	KG	R\$ 20,00
			Vagem verde	KG	R\$ 20,00

Orçamento válido para 2º semestre de 2026

Arroio do Padre, 02 de junho de 2026

Silvia Litzke

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE ARROIO DO PADRE

15.159.381/0001-23
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE
ARROIO DO PADRE - COOPAP
AVENIDA 17 DE ABRIL, S/Nº
CENTRO - CEP 96155-000
ARROIO DO PADRE-RS